

A Arte das Escolhas Coletivas e o Pré-Sal

Na minha última coluna, mencionei o risco que a nova riqueza encontrada abaixo da camada de sal, na costa sudeste do país, representa para o pacto federalista brasileiro. Disse também, que a má administração de tais conflitos de interesse no âmbito federal poderiam trazer instabilidade ao arcabouço institucional do Brasil. Conseqüentemente, fui perquirido na última quinzena sobre o que, na minha opinião, significaria uma boa administração de tais disputas por recursos. Esse artigo trata justamente de como podemos transformar esse risco em oportunidade a luz da teoria de escolhas coletivas.

Começemos com uma pequena digressão. Na literatura econômica existe um experimento famoso, chamado dividindo o dólar. Esse experimento ilustra que os homens não são estritamente individualistas e tampouco puramente altruístas, mas são sim guiados por alguma espécie de moral, ou justiça. No experimento, o Sr. A recebe \$ 100 e é instruído a fazer proposta de divisão dos recursos que acabara de receber com o Sr. B. Caso o Sr. B aceite a proposta, cada um fica com a parte acordada, caso contrário os \$100 tem que ser devolvidos, ou seja, os senhores A e B ganham zero.

Se a racionalidade pura imperasse nas negociações humanas, o senhor A poderia oferecer ao senhor B um dólar e ficar com \$99. Estaria no melhor interesse do senhor B aceitar a proposta, afinal \$1 é melhor que nada. No entanto, quando o experimento é feito com pessoas reais, nota-se que é muito raro o senhor B aceitar qualquer proposta abaixo de 30% do valor total. Na verdade, o senhor B só aceita com probabilidade alta se o valor é maior do que 40% do bolo. Isso é verdade para diversos tamanhos de bolo.

Para o episódio do Pré-Sal, a lição desse experimento é que é crucial que fiquem definidas a priori quais as regras de divisão da nova riqueza, de modo justo para evitar vermos algum ator atrapalhar toda história. É importante também que ao setor privado seja ofertada parcela sustentável, evitando a criação de magnatas do petróleo que decidem concorrer a presidente da república desafiando o *establishment* político e acabando presos ou expropriados como no caso de Khordokovsky na Rússia em 2003, com conseqüências negativas para a credibilidade do direito de propriedade no país.

Além de definir a quem pertence cada fatia do bolo antes de levar a cabo a extração de riqueza, é importante pensar o pré-sal a luz de toda agenda de reforma do estado brasileiro. Há uma série de nós a serem desatados do ponto de vista das escolhas coletivas para permitir a modernização do Brasil, nós desse tipo não costumam ser desatados dentro do *status quo*. Em geral, para tal, é necessário um fato novo que também tenha conseqüências distributivas para os protagonistas de tais disputas. Eureka! O Pré-Sal é o fato novo.

O principal exemplo de nó górdio que pode ser desatado é a reforma tributária, que sempre pára, pois não há o que oferecer em troca aos perdedores. Ou seja, em toda e qualquer mudança arrecadatória, mesmo que seja uma mera simplificação de regras, existem os beneficiários e os que têm perdas. Logo, mesmo que haja ganhos na média e que tais ganhos possibilitem maior prosperidade futura para todos, os perdedores do momento não hesitarão em embargar tais mudanças, a não ser que lhes seja oferecida parcela da nova riqueza encontrada.

Em resumo, agora é a hora de definir as regras do jogo para a distribuição das jazidas da camada pré-sal. É hora também de abrir a gaveta e repensar todas as reformas

necessárias para a modernização do país e que foram abandonadas por entraves da natureza das escolhas coletivas e pelas vicissitudes de transição. Como cobrir o rombo da transição de um regime previdenciário de benefício definido para um de contribuição definida? O Pré-Sal pode pagar a conta dos entrementes das reformas.

Igor Barenboim é Ph.D. em economia por Harvard e Subsecretário Municipal de Administração do Rio de Janeiro